



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



PROJETO DE LEI CM Nº 15/2020.

### DECLARA A ESSENCIALIDADE E NÃO INTERRUPÇÃO DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS, EM PERÍODOS DE CALAMIDADE PÚBLICA OU ESTADO DE EMERGÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Povo do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprova, e eu, Prefeito municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam declaradas essenciais e vedados quaisquer atos ou ações que visem a dificultar, impedir ou interromper as atividades religiosas realizadas por igrejas e templos <sup>de</sup> ~~que~~ qualquer culto, em períodos de calamidade pública ou estado de emergência no município de Iturama, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º O Poder Executivo poderá regulamentar o disposto no art. 1º garantindo o seguro exercício das atividades essenciais, incluídas as celebrações religiosas

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Iturama, 17 de agosto de 2020.

Vereador Wender Peres de Lima

Vereador Luiz Paulo Dias De Freitas



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## ESTADO DE MINAS GERAIS



### JUSTIFICATIVA

Nobres Edis, apresento a presente proposição de lei para declarar como essencial as atividades religiosas e vedando sua interrupção em períodos de exceção como no caso de calamidade pública e estado de emergência.

A proposição vem de acordo com a liberdade religiosa disposta na Constituição Federal de 1988 que não trouxe ressalvas quanto a sua liberdade.

Iturama, 17 de agosto de 2020.

Vereador Wender Peres de Lima

Vereador Luiz Paulo Dias De Freitas



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



### PARECER JURÍDICO

**PROJETO DE LEI CM Nº 15/2020 –  
DECLARA A ESSENCIALIDADE E NÃO  
INTERRUPÇÃO DAS ATIVIDADES  
RELIGIOSAS, EM PERÍODOS DE  
CALAMIDADE PÚBLICA OU ESTADO DE  
EMERGÊNCIA, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

De autoria dos Vereadores Wender Peres de Lima e Luiz Paulo Dias de Freitas, tem por finalidade declarar a essencialidade das atividades religiosas vendando assim sua interrupção em períodos de exceção no Município de Iturama.

Verifico que o Projeto em comento preenche as exigências formais de seu procedimento, e sua iniciativa está prevista no art. 48 da Lei Orgânica Municipal, transcrevo:

#### **Lei Orgânica Municipal**

**Art. 48. A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total do número de eleitores do Município.**

Ainda, a Lei Orgânica Municipal, ressalva a competência da Câmara Municipal para todas as matérias de competência do Município, estabelecendo para tanto a sanção do Prefeito Municipal, vejamos:

#### **Lei Orgânica Municipal**

**Art. 39. Compete à Câmara Municipal legislar, com a sanção do Prefeito, sobre todas as matérias de competência do Município, na forma estabelecida pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e por esta Lei, especialmente:**

Como verificamos do projeto acima, o mesmo visa ao interesse público, e, ainda mais que, no seu aspecto jurídico, não vejo nada que fira os termos constitucionais e regimentais, pois tem em seu bojo a estimulação a proteção da liberdade religiosa em nosso município, totalmente assegurado pelo inciso VI, do art. 5º da Constituição Federal, o qual reproduzo:

**VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida,**





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

Com relação a liberdade de crença e livre exercício dos cultos religiosos verifico que o legislador constitucional não fez ressalvas como o fez no direito à liberdade que pode ser restringida em caso de guerra.

Nesse sentido é a orientação obtida do programa minas consciente disponível no endereço eletrônico <https://www.mg.gov.br/minasconsciente/fale-conosco>, vejamos:

**Igrejas e templos religiosos podem retomar suas atividades?**

Dada a garantia constitucional de livre exercício dos cultos religiosos, bem como a não necessidade de alvará de funcionamento para locais que realizem essas atividades, o CNAE correspondente foi excluído da matriz analisada pelo plano. Ressalta-se que se mantém a regulação durante este momento de pandemia, conforme orientações sanitárias específicas e normativos cabíveis, principalmente no tocante à possibilidade de aglomeração de pessoas.

Desta feita, podemos verificar que o Poder Executivo pode impor orientações sanitárias e distanciamento social.

Ainda, como não constante do rol do Art. 49 da Lei Orgânica Municipal, verifico que a matéria pode ser tratada através de Lei Ordinária, vejamos:

### **Lei Orgânica Municipal**

**Art. 49.** As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

**§ Único.** Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

- I – Código Tributário do Município;**
- II – Código de obras;**
- III – Código de Posturas;**
- IV – Plano Diretor;**
- V – lei instituidora do regime jurídico único dos servidores municipais;**
- VI – lei instituidora da Guarda Municipal;**



# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

## PROCURADORIA GERAL



VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

VIII – Estatutos dos Servidores Municipais;

IX – normas Urbanísticas de Uso e Ocupação do Solo;

X – todas as Codificações.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação e da Comissão de Educação, Cultura e Saúde.

### Regimento Interno

**Art. 68.** Compete à Comissão de Finanças, Justiça e Legislação manifestar-se sobre matéria financeira, tributária e todos os assuntos entregues à sua apreciação quanto ao aspecto gramatical e lógico de todas as proposições submetidas à deliberação da Câmara, bem como elaborar a redação final das proposições aprovadas.

**Art. 72.** Compete à Comissão de Educação, Cultura e Saúde, emitir parecer sobre proposições referentes à educação, ensino e artes, e outras manifestações culturais ao patrimônio histórico, aos esportes e lazer, à higiene e saúde pública.

O quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de **MAIORIA SIMPLES**, conforme preleciona o art. 261 do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovado na Comissão Permanente, reproduzo:

### Regimento Interno

**Art. 261.** As deliberações da Câmara são tomadas por maioria de votos, presentes mais da metade de seus membros, salvo disposições em contrário.

O parecer não vincula as comissões permanentes nem reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.  
Iturama - MG, 01 de julho de 2020.

David Tricoli Corrêa  
Advogado





**CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA**

**PROJETO DE LEI CM Nº 15/2020 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)**

**DENOMINAÇÃO:** “DECLARA A ESSENCIALIDADE E NÃO INTERRUPTÃO DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS, EM PERÍODOS DE CALAMIDADE PÚBLICA OU ESTADO DE EMERGÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

**AUTORES:** VEREADORES WENDER PERES DE LIMA E LUIZ PAULO DIAS DE FREITAS

**COMISSÃO: EDUCAÇÃO, CULTURA E SAÚDE**

Os membros da Comissão após a apreciação e estudo do Projeto de Lei CM Nº 15/2020, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: ser FAVORÁVEL a aprovação no mérito do projeto como se encontra redigido.

Luiz Paulo Dias de Freitas  
Presidente

José Ivaldo Barbosa  
Vice-Presidente

Fabício Adão Dias Amaral  
Relator





# CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

ESTADO DE MINAS GERAIS



## PARECER DA(S) COMISSÃO(ÕES) DA CÂMARA

**PROJETO DE LEI CM Nº 15/2020 PARECER PARA 1ª DISCUSSÃO(ÕES)**

**DENOMINAÇÃO: “DECLARA A ESSENCIALIDADE E NÃO INTERRUPTÃO DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS, EM PERÍODOS DE CALAMIDADE PÚBLICA OU ESTADO DE EMERGÊNCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**AUTORES: VEREADORES WENDER PERES DE LIMA E LUIZ PAULO DIAS DE FREITAS**

**COMISSÃO: FINANÇAS, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO**

Os membros da Comissão após a apreciação e estudo do Projeto de Lei Nº CM 15/2020, enviado pelo Presidente da Casa, a esta pasta, resolveu: ser favorável como esta redigido, somos pelo parecer da matéria em apreciação que — preenche os requisitos da constitucionalidade e da legalidade, no seu texto original.

Dr. Sérgio Aparecido Alves Bento  
Presidente

17/08/2020

Ricardo Oliveira de Freitas  
Vice-Presidente

/ /

Renato José dos Reis  
Relator

/ /

